

APRECIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO
AO ESTUDO DE IMPACTE
“EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO CAIS MULTIUSOS DO PORTO DA
PRAIA DA VITÓRIA”

Documento: INT-SRAAC/2025/3073

1. INTRODUÇÃO

O procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) à “Empreitada de Construção do Cais Multiusos do Porto da Praia da Vitória”, abaixo abreviadamente designada por Cais Multiusos ou Empreitada, enquadra-se no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010, de 15 de novembro (Diploma AILA) e teve o início a 7 de maio de 2025, após a entrada na Direção Regional do Ambiente e Ação Climática (DRAAC), na qualidade de Autoridade Ambiental, da documentação obrigatória em suporte digital: o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) e o Estudo Prévio da Empreitada em causa, bem como de outros anexos que o proponente considerou pertinente associar.

Neste parecer, a menção ao Porto, refere-se ao Porto da Praia da Vitória, podendo, em função do contexto, ser respeitante à infraestrutura atual ou futura já com o Cais Multiusos executado.

Assim, a DRAAC constituiu a Comissão de Avaliação (CA) do EIA desta Empreitada formada pelos seguintes Serviços e respetivos representantes:

- Divisão de Ação Climática e Avaliação Ambiental (DACAA), que preside à CA, representada por Carlos Faria e por Nuno Pacheco que substitui o primeiro nas suas faltas e impedimentos;
- Portos dos Açores, S.A. (PA, SA), na qualidade de entidade licenciadora ou competente para autorizar o Cais Multiusos e, neste caso em particular, também corresponde ao seu proponente, representada por Tiago Toste, para apreciar os aspetos técnicos do projeto e do respetivo licenciamento;
- Direção Regional de Políticas Marítimas (DRPM), representada por Aida Silva para apreciação das matérias da competência desta entidade;

- Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial (DRRFOT), representada por Rita Dinis, para a apreciação dos aspetos relacionados com o Ordenamento do Território;

- Serviço de Ambiente e Ação Climática da Terceira (SAACT), representado por Herberto Alves, para apreciação das vertentes sociais, culturais e biodiversidade da ilha e eventual possibilidade de observação para esclarecimento de dúvidas na área de estudo.

A tipologia do projeto da Empreitada corresponde à alteração de uma infraestrutura existente que atinge os limiares definidos na alínea b) do n.º 8 do Anexo I do Diploma AILA, “*Portos comerciais, cais para carga ou descarga com ligação a terra e portos exteriores (excluindo os cais para ferry-boats) que possam receber embarcações de tonelagem $\geq 4\,000\,GT$* ”.

A documentação digital recebida foi depois disponibilizada aos técnicos que integram a CA através da rede informática do Governo dos Açores.

Nesta fase não se realizou qualquer deslocação conjunta da CA ao local de implantação do Cais Multiusos, todavia, tanto a representante do SAACT, como a da PA, SA, estiveram disponíveis para se deslocar ao mesmo para reconhecimento da área ou esclarecimento de dúvidas dos restantes elementos.

Assim, a apreciação do EIA para a elaboração do presente parecer consistiu na verificação do cumprimento das exigências do Diploma AILA no que concerne à inclusão da informação necessária para avaliação dos impactes da Empreitada e permitir assegurar os objetivos da Consulta Pública a realizar no âmbito do presente procedimento de AIA. Este documento resultou da integração dos contributos da análise individual feita pelos diferentes técnicos da CA, viabilizada através dos meios informáticos disponibilizados pela Administração Regional com a cooperação de todos os seus elementos.

Assim, com a metodologia de trabalho descrita foi possível a emissão do seguinte parecer conjunto.

2. APRECIÇÃO GENÉRICA DO EIA

O EIA é constituído pelos dois documentos obrigatórios exigidos pelo Diploma AILA, o Relatório Síntese (RS) e o Resumo Não Técnico (RNT) e ainda dois volumes anexos entre os quais se encontra o Estudo Prévio da Empreitada.

O RS informa que o EIA foi elaborado para um projeto que se encontra ainda em fase de Estudo Prévio, descreve as alternativas consideradas até ao momento, os objetivos da empreitada, caracteriza a área de estudo, perspetiva impactes resultantes da execução do Cais Multiusos, propõe medidas de mitigação e programas de monitorização dos fatores ambientais mais suscetíveis a Projeto.

O RNT apresenta de uma forma sintética e menos técnica o conteúdo do RS. Nos anexos além do Estudo Prévio, contém matrizes dos impactes expostos em texto no RS.

A CA considera que, estruturalmente, tanto o RS como o RNT procuram seguir as diretrizes do Diploma AILA e apresentar os conteúdos mínimos exigidos para estes documentos na legislação. Assim, ao nível de organização e tipos de conteúdos expostos nos volumes do EIA, genericamente, estes estão conformes com as diretrizes do Diploma AILA.

3. APRECIACÃO ESPECÍFICA DOS DOCUMENTOS

Ao contrário da apreciação genérica da estrutura do EIA efetuada no ponto anterior deste parecer, neste, a CA efetua apreciações de pormenor do conteúdo de vários itens constantes nos volumes obrigatórios do EIA.

3.1 – Estudo de Impacte Ambiental - Volume I– Relatório Síntese (RS)

O presente ponto deste parecer corresponde à apreciação específica da CA ao conteúdo dos vários capítulos do RS.

Assim, para permitir uma adequada correspondência entre o aqui exposto pela CA e o conteúdo do RS, a numeração referida dentro deste ponto do parecer e o título dos capítulos tem correspondência igual à utilizada no Volume I do EIA.

Capítulo 1 – INTRODUÇÃO

Neste capítulo o RS descreve sucintamente as fases de elaboração do Projeto alvo do presente procedimento, as alternativas consideradas até ao momento para a execução da Empreitada e as entretanto eliminadas, bem como identifica as entidades envolvidas no presente procedimento de AIA, os autores do EIA e o período de elaboração deste. Efetua o enquadramento da tipologia do projeto em termos de regime de AIA, na alínea b) do n.º 8 do Anexo I do Diploma AILA, o que justifica a obrigação legal do presente procedimento e por fim expõe a metodologia, estrutura adotada na elaboração do EIA.

A CA não tem qualquer proposta de correção ou de adição de informação para este capítulo do RS.

Capítulo 2 – OBJETIVOS E JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO

Neste capítulo, o RS descreve o principal objetivo e valências do projeto e justifica a necessidade do mesmo com base em dados estatísticos da movimentação de navios, com principal enfoque no crescimento do comprimento dos mesmos ao longo dos anos, e no condicionamento que isso provoca à operação portuária, tendo sempre presente a utilização multifuncional do porto, quer seja entre navios de carga comercial (contentores, tanques ou granel), quer entre estes e os de cruzeiro, levando a que o aproveitamento útil do comprimento do cais -12,0m (ZH) seja limitado na sua acostagem, quando já se encontra em cais navios de maiores dimensões.

2.3 CONFORMIDADE COM OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

Neste capítulo o RS apresenta a listagem dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), nomeadamente Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores, Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha Terceira e Plano Diretor Municipal do Concelho da Praia da Vitória, procedendo também ao enquadramento do projeto em cada um destes IGT. Para além disso, o RS refere ainda as condicionantes que abrangem a área de intervenção do projeto.

2.3.3 Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha Terceira

Relativamente ao POOC Terceira, julga-se apenas que deve ser feita a referência ao artigo 11.º do regulamento, o qual refere que, no porto da Praia da Vitória (classe A), consideram-se como compatíveis com este IGT as intervenções que se destinem a assegurar as funções de entreposto comercial, que está vocacionado para a navegação comercial, mantendo a valência de apoio à navegação de passageiros entre ilhas e cruzeiros, de apoio à comunidade piscatória local e, ainda, aos núcleos de recreio náutico.

Considerando outros planos e programas com interesse para o EIA em apreço, acresce referir que a área de implantação do Projeto não incide na área de intervenção do Plano de Situação de Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional para a subdivisão dos Açores (PSOEM-Açores), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2024, de 16 de outubro, pelo que o RS não carece da avaliação da respetiva conformidade.

Capítulo 3 – LOCALIZAÇÃO DO PROJETO

Neste capítulo, é realizada a descrição, em traços gerais, da localização do projeto, incluindo os respetivos limites geográficos e acessos disponíveis, seguindo-se a caracterização do correspondente enquadramento em áreas sensíveis, na aceção do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, identificando a faixa marítima de proteção costeira da Reserva Ecológica. Referencia a proximidade ao sítio Ramsar “Paul da Praia da Vitória”, fazendo menção aos fundamentos da respetiva classificação.

Capítulo 4 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

4.1 ENQUADRAMENTO GERAL E OBJETIVOS

O RS em análise é referente a um projeto cujo seu principal objetivo é a ampliação da área acostável do Porto da Praia da Vitória, designadamente o cais -12m (ZH) em 350m de comprimento e uma largura de 20m.

É assim pretendido dotar o cais de maior comprimento, possibilitando capacidades para receber navios de cruzeiro, mantendo a sua multifuncionalidade em toda a extensão, e permitindo também a acostagem de navios porta-contentores e sua operação, e consequente circulação e manobra de equipamentos pesados.

4.2 SOLUÇÕES ESTRUTURAIS PARA O CAIS DE ACOSTAGEM

A nível estrutural, é descrito pelos projetistas que a melhor solução em termos hidráulicos seria uma ponte-cais com tabuleiro apoiado em estacas, contudo tendo em conta as características das ações atuantes, nomeadamente pelo efeito da grua móvel, as soluções a considerar para a execução do projeto serão em termos estruturais compostas por caixotões, que assentam no fundo marinho.

Verificou-se também que um cais com apenas 20m de largura não permitiria a fácil circulação e manobra de veículos pesados, quer para o transporte de pessoas, quer para o transporte de mercadoria.

Para além disso, para resistir às ações atuantes, seria suficiente a estrutura de caixotão com uma largura de cerca de 15m, combinado com um alargamento do terrapleno, permitindo a manobra dos pesados, ao invés de uma estrutura com caixotões de 20m de largura, mas sem possibilidade de manobras de equipamentos pesados.

Daí, foram propostas três alternativas para o cais, todas utilizando caixotões como estrutura de gravidade, diferindo apenas na largura de cais, que pode ainda ser composta por terrapleno parcial ou total.

É ainda analisada a possibilidade de faseamento construtivo para a solução de execução do terrapleno, uma vez que se trata de uma solução mais dispendiosa e que excede as expectativas iniciais de investimento do proponente.

Assim sendo, as soluções consideradas para o prolongamento do cais no Estudo Prévio foram:

A **Solução 1**, que compreende um cais em estacas com 350m de comprimento e 20m de largura, mas excluída pelas razões já mencionadas anteriormente.

A **Solução 2**, que em planta é idêntica à solução 1, mas que difere no tipo de estrutura, sendo um cais em caixotões. Esta solução tem ainda a possibilidade de acostagem do lado nascente do cais, podendo ter utilidade para embarcações de menor dimensão e de apoio à operação portuária, no entanto não tem a plataforma de cais largura suficiente para a manobra de veículos pesados, uma das valências pretendidas para o cais.

A **Solução 3A** contempla estrutura de cais em caixotões com 15m de largura, mas que no total resulta numa plataforma de circulação com cerca de 30m de largura, através da construção de uma faixa de terrapleno.

A **Solução 3B** é um complemento da solução 3A, uma vez que se constrói a totalidade do terrapleno portuário, permitindo aumentar o atual parque de contentores. Conforme já mencionado, e mediante a disponibilidade financeira, o faseamento construtivo pode passar numa fase inicial pela construção da solução 3A e evoluir numa fase mais avançada para a solução 3B.

Foram ainda consideradas soluções denominadas por 4A e 4B, idênticas às 3A e 3B, mas em estrutura de estacas, e que embora interessantes do ponto de vista hidráulico não foram desenvolvidas por não existirem problemas de reflexão, em função da propagação da agitação, que o justificassem.

4.3 AVALIAÇÃO DOS GALGAMENTOS E ALTEAMENTO DO MURO-CORTINA DO MOLHE

É referido no RS que após avaliação dos impactos dos galgamentos que ocorrem sobre o molhe sul na sua geometria atual, bem como os potenciais para as novas estruturas após implantação, conclui-se que só se justifica o prolongamento do muro-cortina quando ocorrer a ampliação integral do terrapleno, ou seja, no caso da solução 3B.

Também aqui são equacionados 2 cenários para o prolongamento do muro-cortina, numa extensão de 365 a 380m, sendo o mais favorável nesta fase de projeto, considerar o prolongamento da solução existente, com coroamento do muro à cota do atual e execução de caleira de drenagem exterior.

4.4 APROFUNDAMENTO DA BACIA DE ROTAÇÃO

O porto da Praia da Vitória dispõe de uma ampla bacia de manobra com os fundos necessários para os navios que demandam atualmente a este porto.

A necessidade de dragagens para poder receber o navio de projeto dependerá do dimensionamento da bacia de manobra para a rotação do navio. A verificarem-se necessidades efetivas de dragagem, parte do material seria aproveitado para o aterro do terraplano, no caso da Solução 3B, situação que será reavaliada em fase de execução, desde que de classes de contaminação admissíveis e assumindo que não precisam de ser imersos no mar. O RS refere que os sedimentos poderão ser aplicados para alimentação de praias e o excedente aplicado na recuperação paisagística de pedreiras licenciadas. Esta CA ressalva que, na avaliação do destino dos materiais em fase de execução, deverá atentar-se ao disposto no artigo 69.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, na sua redação atual, e no n.º 9 da Portaria n.º 67/2007, de 15 de outubro, no que concerne à utilização de material dragado para a recarga de praias e assoreamentos artificiais, considerando a avaliação do respetivo grau de contaminação e a emissão de Título de Utilização dos Recursos Hídricos pela respetiva entidade competente. Em caso de ser necessário recorrer à imersão de dragados no mar, esta CA considera que deverá atentar-se também ao disposto no artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, na sua redação atual, e no n.º 8 da Portaria n.º 67/2007, de 15 de outubro. Acresce referir que a imersão de dragados em zonas marítimas sob soberania e/ou jurisdição nacional adjacentes ao arquipélago dos Açores, exceto áreas de jurisdição portuária, carece da prévia emissão de Título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo nacional (TUPEM), ao abrigo do regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de março, na sua atual redação, devendo, para o efeito, recorrer-se às áreas potenciais identificadas no PSOEM-Açores, em que se inclui uma área a menos de 2 milhas náuticas da zona prevista para a dragagem da bacia de manobra.

4.5 ESTIMATIVA DE CUSTO E PRAZO DE EXECUÇÃO DAS OBRAS

É avaliada no Estudo Prévio uma estimativa total de custos para a empreitada e respetivo prazo de execução, das várias soluções consideradas (2, 3A e 3B), onde os mesmos são apresentados em vários cenários de variação de preços.

É realçado que nesta fase os valores são meramente indicativos e que deverão ser apurados com maior exatidão em fase de projeto de execução, pelas variáveis ainda desconhecidas, designadamente a necessidade e tipo de dragagens, bem como a definição do volume a reutilizar, devendo ser tido também em conta a possibilidade do faseamento construtivo e os Estudos Complementares a realizar.

4.6 ANÁLISE DE ALTERNATIVAS

Neste capítulo são apresentadas, em resumo, as soluções em consideração, referindo o RS como Alternativa zero, a manutenção da situação atual.

Em suma, em estudo estão:

- Solução 2 - Cais em caixotões, com 350m de comprimento e 20m de largura. Embora estruturalmente adequada à solicitação da grua móvel, a largura é insuficiente para manobra de veículos pesados de transporte de passageiros e mercadorias.
- Solução 3A - Cais em caixotões com 15m de largura e alargamento da plataforma de circulação para cerca de 30m através da construção de uma faixa de terrapleno.
- Solução 3B - Cais em caixotões com 15m de largura e construção integral do terrapleno, bem como do alteamento do muro cortina.

Assim, a Solução 2, embora em estrutura de gravidade e adequada às solicitações impostas pela grua móvel, não dispunha da largura suficiente para a circulação de veículos pesados. Fazendo a análise comparativas das soluções 3A e 3B, estas, do ponto de vista estrutural e hidráulico são iguais, distinguindo-se apenas no terrapleno que, na solução 3A é apenas parcialmente construído e na 3B é totalmente construído. A escolha de uma ou de outra depende apenas do financiamento disponível e, as consequências, são apenas operacionais, pois num caso o terrapleno não fica parcialmente disponível e no outro fica totalmente.

Complementarmente, na Solução 3B, ter-se-á de efetuar o alteamento do muro cortina para proteger o terrapleno dos galgamentos, enquanto na solução 3A, admite-se que não será necessário, a menos que os ensaios em modelo físico reduzido revelem o contrário.

Capítulo 5 – CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

A apreciação dos diferentes fatores ambientais considerados no EIA foi repartida pelos representantes da CA em função das competências dos respetivos Serviços e formação técnica. Isto poderá conduzir a uma abordagem distinta de análise entre os mesmos.

A CA tem a referir que poderão existir imperfeições de pormenor nos volumes do EIA não expressas neste parecer por as mesmas não terem sido consideradas com significância suficiente para merecer comentários no âmbito do presente parecer.

5.1 CLIMA E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

O RS começa por informar que o clima na ilha Terceira é temperado oceânico, com temperaturas amenas, precipitação regular distribuída por todo o ano, humidade relativa do ar elevada e ventos fortes frequentes. Mas onde se pode identificar duas estações do ano: uma estação fresca de temperaturas mais baixas e maior pluviosidade, e outra de estio com precipitação menos expressiva, havendo uma concentração significativa de precipitação nos meses de inverno.

Em termos de classificação climática, o litoral da Terceira, onde se situa a Empreitada, tem a categoria de clima temperado quente, chuvoso com humidade todo o ano pelo método de Köppen.

São apresentadas as normais climatológicas de 1961/99 para a temperatura e velocidade média do vento, que contribuíram para classificação atribuída, bem como os dados meteorológicos mais recentes, recolhidos na Estação Udométrica da Canada do Ouvidor e da Estação Meteorológica da Serra do Cume, situadas próximas do Porto da Praia da Vitória. A partir destas determinaram-se os seguintes parâmetros: valores máximos mensais a chegar aos 472 mm de uma média mensal de 112,11 mm para a precipitação; velocidade média mensal máxima de 19 km/h, mínima média de 9,69 km/h com um máximo que atingiu os 142 km/h para o vento; média mensal mais elevada de 20,79°C e média mensal mínima de 10,40°C e humidades médias sempre muito elevadas variando entre máxima de 99,89 e 86,47% para a humidade relativa. Contudo o RS ressalva o facto de a recolha destes dados poderem estar influenciados pela altitude do local na serra do Cume.

No que se refere às alterações climáticas, o RS começa por expor os objetivos principais do Acordo de Paris e apresentar os instrumentos legais nacionais definidos para a política climática sumarizando os aspetos principais de cada um.

Depois expõe os equivalentes regionais dos instrumentos legais para a política climática e desenvolvidos especificamente para os Açores, onde se enquadra a área de estudo, descrevendo assim com algum pormenor: Estratégia Regional para as Alterações Climáticas (ERAC), focada na mitigação e adaptação ao fenómeno perspectivado neste campo para o Arquipélago, cuja operacionalização levou à definição do Programa Regional para as Alterações Climáticas (PRAC) ao nível de planeamento e políticas públicas cujos dados de acompanhamento da sua implementação levam aos relatórios

anuais do Inventário Regional de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (IRERPA) que é uma das peças estruturantes do PRAC.

Dado a relevância do setor da energia em matéria de alterações climáticas, também são sucintamente descritos os seguintes instrumentos legais: Estratégia Açoriana para a Energia no horizonte 2030 (EAE 2030) que assenta em quatro princípios: suficiência energética, eficiência energética, eletrificação e descarbonização, cuja operacionalidade está assumida através do Plano Regional de Ação para a Eficiência Energética (PRAEE).

A partir dos dados do último relatório do IRERPA, publicado em 2024, as emissões regionais em 2022, totalizaram 2,10 Mt CO₂eq., onde o setor Uso de Solo e Florestas foi responsável por um sequestro de cerca de 0,01 Mt CO₂eq., saldando-se as emissões líquidas dos Açores em 2,09 Mt CO₂eq., o que representa um acréscimo de 2,2% face ao ano anterior e estão 71,2% acima dos registados em 1990, verificando-se na Região uma tendência de crescimento desde daquele ano.

Ao longo destas décadas tem-se verificado um perfil estável da repartição das emissões por setores, com a energia e a agricultura responsáveis por mais de 90% do total e ambos com pesos próximos, embora com maior tendência de aumento no da agricultura. Em terceiro lugar de produtor de Gases com Efeito Estufa (GEE) encontra-se o dos Resíduos, cujo contributo tem vindo a reduzir-se desde o início passando de 11,8 para 6,2%. Por sua vez o sequestro pelo Uso do Solo e Florestas tem-se mantido sensivelmente constante, pelo que o seu peso na redução das emissões tem diminuído pelo aumento destas.

Ao nível do peso dos diferentes GEE, verifica-se que o CO₂ é o principal gás emitido na Região e representa 46,0%, enquanto o menos expressivo é o N₂O, com cerca de 11,9% das emissões. O metano, em 2022, contribuiu com 42,1%, mas como o seu potencial para alterações climáticas é menor que o do N₂O, este aspeto faz reduzir a contribuição dos Açores no contexto de CO₂ eq nacional face à quantidade efetivamente emitida.

Assim, o RS emissões informa que os Açores representam 4,2% das emissões totais nacionais (50,3 Mt CO₂eq), 3,7% se excluirmos o setor uso de solo e florestas.

O RS apresenta um quadro com os cálculos de emissões de GEE resultantes do funcionamento do Porto da Praia da Vitória nos últimos 4 anos, onde com pequenas variações, resultou uma média anual de 363,49 tCO₂eq.

O RS prossegue neste descritor com a exposição do prospetivado em matéria de subida do nível médio do mar (NMM) tendo em consideração o cenário menos gravoso SSP1-

2.6 e o mais gravoso SSP5-8.5 do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas, em que se estimam respetivamente um aumento do NMM de 0,21 m para 2050 e de 0,46 m para 2100 no primeiro cenário, de 0,25 m até 2050 e 0,80 m até 2100 no outro, podendo até ultrapassar 1 m dadas as incertezas das projeções deste cenário.

Na ilha Terceira esta situação pode-se refletir nas seguintes consequências:

- Erosão das áreas costeiras, afetando praias e infraestruturas;
- Inundação de áreas baixas, sobretudo durante tempestades;
- Aumento da salinidade do solo e dos aquíferos em prejuízo da agricultura e disponibilidade de água potável.

O RS salienta o facto de, segundo o PRAC, a frente urbana e o litoral da baía da Praia da Vitória estarem classificados como zonas ameaçadas pelo mar, com uma maior frequência e magnitude para fenómenos de sobre-elevação marítima e uma maior probabilidade de eventos de galgamento, expondo cartas que mostram as zonas de risco elevado para galgamento e inundações na área de estudo em torno da Empreitada.

5.2 GEOMORFOLOGIA

O RS começa por associar a geomorfologia das ilhas açorianas à origem vulcânica destas. Depois centra-se na Terceira, referindo que esta possui uma geomorfologia diversificada, com seis regiões geomorfológicas: Vulcão dos Cinco Picos, Vulcão Guilherme Moniz, Vulcão do Pico Alto, Vulcão de Santa Bárbara, Zona Fissural e Graben das Lajes; resultante de quatro estratovulcões e uma zona basáltica fissural, possuindo uma forma elíptica de 30 km de comprimento e 406 km² de área. A zona da Empreitada situa-se a SE do Graben das Lajes e na proximidade da vertente E do vulcão dos Cinco Picos.

A região do Vulcão dos Cinco Picos ocupa a zona E da Terceira e corresponde a um antigo estratovulcão edificado no decurso de sucessivas erupções de natureza basáltica s.l., possui uma caldeira com um raio máximo de 7 km e um interior relativamente plano, onde se encontram 5 picos de pequena dimensão, e apenas estão preservados os seus flancos NE e SW, que formam, respetivamente, as serras do Cume e da Ribeirinha a altitude máxima deste edifício é de 500 m na Serra do Cume. Esta região caracteriza-se por uma fraca intervenção da rede hidrográfica e uma drenagem muito pouco desenvolvida. Os traçados das linhas de água, na sua maioria de escoamento com regime torrencial aproveita a morfologia vulcânica, nomeadamente, canais e bordos dos derrames lávicos.

O Vulcão dos Cinco Picos terá ocorrido no pliocénico médio, originado à ilha e evoluído como vulcão em escudo, tendo depois entrado num período mais explosivo com emissão de pedra-pomes de queda e de escoadas piroclásticas que originaram alguns dos mais antigos ignimbritos Terceira. Contudo, o processo de formação da caldeira não é consensual: para uns a depressão resulta de uma imponente caldeira de colapso num período de intensa atividade explosiva, para outros tem origem num processo de *rifting*, provavelmente, associado à atividade do Rift da Terceira.

A região do Graben das Lajes localiza-se no extremo nordeste da Terceira e corresponde a uma estrutura tectónica distensiva, limitada por diversas escarpas de ambos os lados e de orientação NW-SE, gerando um vale alongado com fundo plano abatido relativamente às imediações em resultado dos movimentos combinados de falhas geológicas.

A CA verifica que o Cais Multiusos fica implantado no prolongamento para o mar do graben das Lajes sendo suficiente a caracterização apresentada no RS para este descritor.

5.3 GEOLOGIA

O RS começa por referir que dada a homogeneidade das características de atividade vulcânica e dos produtos emitidos, é difícil a definição de uma sequência vulcanoestratigráfica unânime para a ilha da Terceira.

Depois, com recurso a texto e a uma imagem, o RS evidencia a influência do Complexo Vulcânico Fissural na área de estudo, constituído, predominantemente, por uma alternância de escoadas lávicas e depósitos piroclásticos, de composição basáltica, resultante de atividade eruptiva do tipo havaiano a estromboliano, que se desenvolveu ao longo de uma zona fissural que atravessa a ilha e se prolonga até ao mar, embora da figura também se visualize que o Cais Multiuso se situa num local contíguo à área aterrada do atual porto que está no prolongamento para o mar do Complexo Vulcânico da Serra do Cume ou do Vulcão dos Cinco Picos.

O Vulcão dos Cinco Picos constituído por uma alternância de escoadas lávicas e depósitos piroclásticos, incluindo importantes ignimbritos, representativos das formações mais antigas da ilha, cuja caldeira está parcialmente preenchida por lavas associadas ao vulcanismo fissural mais recente.

O RS informa ainda que, a pedido da PA, SA, foram feitas sondagens mecânicas sobre o cais -7 a -10m ZH das quais resultou a seguinte coluna litológica do topo para a base: Unidade de Aterro; Unidade de Depósito marinho; Unidade de Clinker; e Unidade de

Rocha Basáltica, extrapolando que para o local contíguo do Cais Multiusos corresponda às mesmas litologias.

O RS prossegue com uma caracterização dos riscos geológicos, referindo que o enquadramento geotectónico dos Açores se reflete em atividade sísmica e vulcânica, com sismos que apresentam uma distribuição preferencial ao longo do Rift da Terceira, com uma direção WNW-ESE, desde a Crista Média Atlântica até à Falha Glória, pelo que as ilhas são esporadicamente abaladas por eventos moderados a fortes que podem provocar destruições e impactes económicos significativos.

Apresenta ainda um histórico dos sismos com efeitos mais significativos nos Açores e da distribuição da sismicidade instrumental registada no Arquipélago, bem como um mapa de isossistas baseado no evento de 1 de janeiro de 1980, para concluir “*verifica-se que o local de implantação do Projeto, de acordo com os dados históricos obtidos para esta região, poderá ser potencialmente afetado por um sismo de intensidade V (EMS-98).*”

Igualmente faz um historial das erupções, expondo com maior acuidade as que ocorreram nas imediações da Terceira ou na própria ilha e os tipos de perigos que podem estar associados a estas situações.

Só depois desta exposição dos perigos sismovulcânicos expõe a definição de risco para concluir que no local do Cais Multiusos não existe risco de movimento de vertente, cheias/inundações e emanações gasosas permanentes, mas que na área de estudo existem zonas classificadas como de suscetibilidade elevada a tsunamis e a galgamentos pelo mar, nomeadamente a própria infraestrutura portuária existente.

O RS termina a caracterização deste fator ambiental com a exposição da importância do património geológico do Arquipélago que fundamentou a criação do Geoparque dos Açores e a classificação de vários geossítios reconhecidos pela UNESCO, dos quais 13 se situam na ilha Terceira no qual se destaca o Graben das Lajes onde a área de estudo está inserida e para o qual descreve as diferentes falhas de direção NW-SE que o constituem para depois fazer uma exposição em figura e texto do esboço vulcano-tectónico da ilha e de alguns pontos de observação deste património e referir os fortes sismos destrutivos de 1614 e 1841 que devastaram a cidade da Praia da Vitória..

A CA considera a exposição ao longo desde descritor um pouco caótica e num momento indutora da ideia de um baixo risco sísmico ao referir que “*com os dados históricos obtidos para esta região, poderá ser potencialmente afetado por um sismo de intensidade V (EMS-98)*” contudo este aspeto é posteriormente em parte corrigido com menção dos

sismos destruidores de 1614 e 1841 que, efetivamente, se estima terem atingido grau X na escala Mercalli e são conhecidos respetivamente pela Primeira e Segunda Caída da Praia.

Assim, tendo em conta que a Empreitada decorre no mar, foi estudada a coluna estratigráfica junto ao local e indiretamente existem condições para se identificar os riscos a que a zona está exposta, a CA considera que não se justifica solicitar mais elementos relativos à Geologia da Terceira e da área de estudo.

5.4 RECURSOS HÍDRICOS

O RS efetua em separado a caracterização dos recursos hídricos subterrâneos (RH subterrâneos) e superficiais (RH superficiais) da ilha Terceira.

Ao nível dos RH subterrâneos, o RS, com base no Plano de Gestão da Região Hidrográfica 9 (PGRH9), que corresponde à região do Arquipélago dos Açores no conjunto das de Portugal, identifica as cinco massas de águas subterrâneas definidas para a ilha Terceira: Caldeira Guilherme Moniz, Santa Bárbara, Pico Alto, Central e Cinco Picos. Refere que estão reconhecidas para esta ilha 229 nascentes e 36 furos, apresentando a respetiva distribuição pelas diferentes massas de água.

A partir de uma fotografia aérea, o RS evidencia que o projeto se situa no mar, numa zona classificada no PGRH9 como “Águas Costeiras Pouco Profundas”, mas a área de estudo envolvente enquadra-se em duas massas de água: Cinco Pico, que se desenvolve em terra a partir da linha de costa oeste da baía portuária, e Caldeira Guilherme Moniz que confronta com o limite sul artificializado da mesma baía. São ainda descritos, em quadros, sínteses das características de cada uma dessas massas, como área, litologias dominantes, fácies química e aspetos físicos dos aquíferos

É referido que não existem nascentes a menos de 3 Km da área do projeto, sendo que a oeste se encontram alguns furos de captação de água, onde o mais próximo fica localizado a 1 km da área de intervenção.

O RS refere ainda que os valores de disponibilidade de água subterrânea na Terceira, no geral, são elevados (214,3 hm³/ano), acima da mediana regional e correspondem a 14,06% do total regional. Nesta ilha a massa de água da Caldeira de Guilherme Moniz é a que apresenta o maior volume, 77,5 hm³/ano, para uma taxa de 32%, enquanto a dos Cinco Picos apresenta 23,3 hm³/ano a que corresponde uma taxa de 28,9% e ambas apresentam a classificação de Bom em termos quantitativos e químicos.

Ao nível dos recursos hídricos superficiais, o RS refere e justifica a existência de redes radiais em torno dos três grandes maciços estruturais da ilha, Santa Bárbara, Cinco Picos e Guilherme Moniz-Pico Alto que, na generalidade, são muito ramificadas, com perfis que mostram formação recente e onde prevalece o regime de escoamento torrencial.

Na área envolvente da Empreitada estão identificadas seis bacias hidrográficas, das quais três correspondem às das ribeiras do Belo Jardim, de Santo Antão e de Santa Catarina, que por imagem apresentada no RS se verifica que desaguam na baía portuária enquanto as outras três possuem os códigos TEB10, TEA15 e TEA18 que se agrupam nas bacias agregada, sendo que o Cais Multiusos se insere na frente litoral desta última.

Não havendo lagoas e rios com água superficial permanente na área de estudo, não existe a possibilidade de determinar a qualidade dos RH superficiais destas bacias, contudo o Cais Multiuso está implantado numa massa de água costeira cujo a classificação nos diversos parâmetros é excelente pouco profunda (A-C-E/PP/TER2), que pode influenciar a adjacente massa de água costeira intermédia (A-C-E/I/TER1), cuja classificação nos diversos parâmetros é excelente, para ambas as massas. Acresce referir que, no caso específico da Baía da Praia da Vitória, em particular a área portuária de classe A, apesar de atualmente não estar designada como massa de Água Fortemente Modificada (AFM) - em zonas que apresentam uma alteração significativa ao nível da hidromorfologia, área intertidal, função, artificialização das margens, regime de agitação e correntes dominantes locais - encontra-se em curso o procedimento para a sua designação como AFM, de acordo com o PGRH9 2022-2027.

O RS refere que, no concelho da Praia da Vitória estão classificadas nove zonas balneares, das quais três estão localizadas na cidade da Praia da Vitória. A CA recomenda a retificação desta descrição, de forma a referenciar a existência de onze áreas de aptidão balnear identificadas no POOC Terceira, na redação que lhe é conferida pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 30/2023/A, de 26 de outubro. Destas, sete foram galardoadas com Bandeira Azul em 2025, três delas localizadas na Baía da Praia da Vitória, nomeadamente a Prainha (Praia da Vitória), Praia Grande e Praia da Riviera. Das onze áreas suprarreferidas, quatro estão localizadas ao largo do local de pretensão para a dragagem, designadamente a Prainha (Praia da Vitória), Praia Grande, Sargentos e Praia da Riviera. Estas quatro áreas dispõem de águas balneares costeiras monitorizadas e identificadas nos termos da Portaria n.º 29/2025, de 7 de abril, respetivamente PTAX2H, PTAV2W, PTAF3T e PTAL8T.

O RS faz referência ao enquadramento legal em vigor em matéria de gestão da qualidade das águas balneares, ao abrigo da legislação comunitária e nacional, sendo, no entanto, omissa quanto à legislação regional, pelo que a CA recomenda que seja acrescida a menção a que a Diretiva 2006/7/CE, de 15 fevereiro de 2006 foi transportada para a ordem jurídica regional pelo Decreto Legislativo Regional n.º 16/2011/A, de 30 de maio. O RS procede ainda à descrição dos parâmetros analisados para a avaliação da qualidade das águas balneares e dos critérios aplicados para a classificação anual das mesmas. Referencia brevemente o histórico de qualidade das águas balneares costeiras identificadas da Praia da Vitória, de classificação excelente, especificando os resultados das monitorizações relativas ao ano de 2024 nas quatro águas balneares na proximidade da Empreitada.

O RS também identifica as zonas protegidas destinadas à proteção das águas superficiais, subterrâneas ou à conservação dos habitats de espécies dependentes diretamente da água nos termos da Lei da Água e depois deixa evidente que em terra na ilha Terceira não existem zonas captações de água superficiais para consumo humano que integrem este tipo de zonas protegidas. Contudo, na faixa costeira marinha refere que estão definidas as seguintes zonas protegidas: Ilhéu das Cabras; Ilhéus dos Fradinhos; Monte Brasil; Vila Nova/Ponta dos Carneiros e na zona da Serreta, contudo todas situadas fora da área de estudo e de influência desta Empreitada. O RS indica, erradamente, tratar-se de quatro áreas, quando são cinco áreas, pelo que se recomenda a retificação do lapso, bem como a especificação de que estas correspondem a Áreas de Reserva para a Gestão de Capturas, do regime de apanha de espécies marinhas, aprovadas pela Portaria n.º 57/2018, de 30 de maio, na sua atual redação.

Todavia, na envolvente da baía portuária existem as zonas húmidas, nos termos da convenção RAMSAR, dos Pauís da Praia da Vitória, do Belo Jardim e da Pedreira do Cabo da Praia, o primeiro reconhecido como uma zona húmida de importância internacional que desempenha um papel importante na regulação do ciclo hidrológico local ao funcionar como um sistema absorvente das escorrências superficiais da bacia hidrográfica envolvente.

No que concerne a zonas designadas para a proteção de habitats e da fauna e flora selvagens e a conservação das aves selvagens, embora o RS faça menção a esta tipologia de zona protegida nos termos da alínea jjj) do artigo 4.º da Lei da Água, não faz menção aos sítios da Rede Natura 2000 classificados na ilha Terceira, e às áreas protegidas do

Parque Natural de Ilha da Terceira. Não obstante, a CA não considera a omissão de especial relevância, atendendo a que se situam fora da área de influência da Empreitada e a que são referenciadas no subcapítulo 5.6 “Biodiversidade” do RS.

O RS refere que não existem faixas de proteção de captações de água para consumo humano na área de estudo.

Ao nível deste descritor, o RS reconhece para a área de estudo a existência das seguintes pressões sobre as massas de água: poluição, alterações morfológicas, alterações do regime hidrológico e sobre a biologia; em resultado das descargas urbanas, atividades de gestão portuária, implantação de infraestruturas e dos usos da água nomeadamente os recreativos. A CA considera ser relevante mencionar ainda o risco de poluição por hidrocarbonetos e substâncias perigosas, a introdução de poluentes no ecossistema por descargas provenientes dos navios, a contaminação da água por ressuspensão de sedimentos nas operações de dragagem, a alteração e perda de habitat e destruição do biota associado aos fundos marinhos, e o potencial de propagação de espécies não indígenas.

As pressões identificadas ao nível dos recursos hídricos são parcialmente transversais às pressões consideradas no âmbito da Diretiva 2008/56/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho de 2008, na sua atual redação, designada por Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM), que estabelece o quadro de ação comunitária no domínio da política para o meio marinho, determinando que os Estados-Membros elaborem Estratégias Marinhas com o objetivo de alcançar ou manter o bom estado ambiental das suas águas marinhas. A CA recomenda que, na fase correspondente ao projeto de execução, seja acrescida a menção à Estratégia Marinha para a Subdivisão dos Açores, atualmente no início do 3.º ciclo (2024-2030), relacionando as pressões e impactes previsíveis do Empreendimento com as consideradas no reporte à DQEM e com a avaliação do estado ambiental das águas marinhas, tendo em conta os descritores para a avaliação desse estado, em especial os Descritores 1 “Biodiversidade”, 2 “Espécies não indígenas”, 6 “Integridade dos fundos marinhos”, 7 “Condições hidrográficas”, 8 “Contaminantes no meio marinho” e 11 “Ruído submarino”.

A CA ressalva também que a obra em questão, situada em área de jurisdição portuária, sob a alçada da P.A., S.A., por estar abrangida pela condicionante do Domínio Hídrico - leitos e margens das águas do mar, podendo integrar o DPM, estando sujeita a emissão prévia de licença de utilização privativa de recursos hídricos, ao abrigo da Lei da Água,

publicada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na sua redação atual, e do regime da utilização dos recursos hídricos, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, na sua redação atual, e respetiva legislação conexa. A referida licença só poderá ser emitida mediante o respeito pelo disposto nos instrumentos de gestão territorial (cfr. alínea c) do artigo 63.º da Lei da Água, na sua redação atual), da inexistência de pareceres desfavoráveis vinculativos (cfr. alínea d) do artigo 10.º do regime de utilização de recursos hídricos, na sua redação atual) e, no caso do DPM, do parecer favorável da AMN (cfr. n.º 2 do artigo 106.º da Lei da Água, na sua redação atual). Assim, previamente ao início dos trabalhos, deverá ser emitido o correspondente TURH pela entidade competente pela administração e gestão do DPM na área de jurisdição portuária do Porto da Praia da Vitória.

5.5 PROCESSOS COSTEIROS E DINÂMICA SEDIMENTAR

5.5.1 CLIMA DE AGITAÇÃO

Para este fator ambiental o RS começa por mencionar de novo o POOC e os seus objetivos para a área portuária da Praia da Vitória, sendo os aspetos relacionados com este plano analisados nos pontos 2.2.3 e 5.12 do presente parecer.

Prossegue com a caracterização do hidrodinamismo marinho costeiro da zona de estudo, onde se verifica existir, em condições meteorológicas normais, um regime de marés semidiurno, com amplitudes médias na ordem de 0,9m e máximas nas águas-vivas próxima de 1,8m, havendo também a considerar as subidas temporárias da cota do nível do mar em condições anómalas de pressão atmosférica, que se estima que possam ultrapassar os 0,5m, com base no histórico de eventos extremos entre 1990-2024, bem como o efeito da chegada de grupos de ondas de alta declividade.

O RS expõe uma estimativa da subida do nível do mar ao largo da Praia da Vitória resultante da sobreposição do fenómeno de ocorrência de marés-vivas médias com eventos de sobre-elevação meteorológica, considerando a projeção do cenário intermédio SSP2-4.5, que aponta para subidas de 2,20 a 2,40m em 2050 e entre 2,56 e 2,76 m no ano 2100, mesmo sem ter em conta as elevações temporárias das ondas. Pelo que o EIA reconhece a probabilidade de se atingirem elevações muito superiores junto à costa e à infraestrutura portuária, pelo que recomenda a pertinência de se considerarem medidas de adaptação para minimizar os impactos da agitação marítima e das sobrelevações temporárias de modo a garantir a resiliência do Porto e da sua operacionalidade.

Neste fator ambiental, o RS prossegue com uma exposição de informações conhecidas sobre o regime de ventos e a ondulação e as interferências do primeiro na agitação marítima ao largo e no local junto ao Porto, tendo em conta modelações resultantes do uso de aplicações informáticas que integram modelos matemáticos.

A CA não comenta a adequabilidade das aplicações escolhidas, aspeto que compete ao proponente, projetistas e equipa do AIA, limitando-se a apreciar a caracterização exposta no RS resultante dos meios adotados.

Assim, o RS identifica os modelos e aplicações utilizadas para a caracterização, informa que os dados meteorológicos foram fornecidos pelo projeto de investigação CLIMAAT e tiveram em conta uma boia ondógrafo ao largo a nordeste do Porto para caracterizar a ondulação na aproximação à área de estudo.

Desta forma, verifica-se que a agitação ao largo é influenciada por um regime de ventos com predominância dos setores de N a W e, em média, ocorrem três fenómenos de vento intenso por ano, sobretudo, entre agosto e outubro, podendo ir de depressões tropicas até furacões, existindo elementos que apontam para um aumento da frequência deste tipo de eventos nos últimos anos. Consequentemente, cerca de 77% da agitação também provém dos setores de O a N, onde o rumo NW é o mais frequente (24,8%), seguido de WNW (20,5%) e NNW (18,8%), contudo, o setor NE também é relevante (14%).

Quanto à altura das ondas: 37,7% situam-se no intervalo de 1 a 2 m, seguido do de 2 a 3 m com 29,9% e cima do 5 m apenas cerca de 5%. Quanto aos períodos o mais frequente varia entre 9 e 13 com 59,4%, sendo raros acima de 17s, 0,5%.

Junto ao Porto, após verificação da existência de uma margem de incertezas dos resultados que foi considerada fiável, sumariamente os dados apontaram que a ondulação local provém, sobretudo, de rumos entre NE e NNE, cerca de 70%, sendo a primeira de 40%, enquanto a incidência proveniente de E e SSE atinge uma frequência de 14%. Para as alturas significativas, deduziu-se que em 65% do tempo ocorrem a ondas até 1m, 20% entre 1 e 2m e 5,5% de 2 a 3 m e acima de 5m são raras.

Todavia, os valores extremos são os mais importantes para o dimensionamento das obras marítimas, pelo que, no estudo prévio foram estimadas alturas máximas significativas para períodos de retorno de 5, 10, 20 50 e 100 anos, sendo que para este último os valores determinados foram de 8,44 a 10,80m nos rumos ENE e E, sendo este aquele que atinge o Porto com menor atenuação, menor que 50 cm em resultado da refração local.

A CA, tendo em conta o exposto no RS, apesar de não apreciar os modelos matemáticos e as aplicações informáticas, considera que foram evidenciados estudos para os parâmetros mais importantes para caracterização da agitação marítima na área de estudo tendo em conta a tipologia de projeto alvo do presente procedimento de AIA.

5.5.2 DINÂMICA SEDIMENTAR

O RS começa por descrever, com recurso a texto e a fotografias aéreas, a baía da Praia da Vitória. Assim, verifica-se que esta é limitada a oeste por uma enseada arqueada de praia arenosa de direção sensivelmente N-S aberta para Leste que foi subdividida na sua zona mais central por 5 esporões de 35 a 120 m, entre os quais se instalaram areais, sendo de salientar a norte destes, pela sua maior área de areias emersas, a Praia Grande junto à frente urbana da Praia da Vitória, que é a mais extensa da ilha, e a Prainha no extremo norte desta baía e contígua ao molhe da Marina. Numa pequena enseada natural, perto do extremo sul da baía e já próxima da zona do portuária, desenvolveu-se outro areal importante: a Praia da Riviera

Esta baía foi protegida pelo lado oriental por dois molhes de direção N-S, o do lado sul com um enraizamento arqueado, os quais criaram uma bacia retangular com um desenvolvimento longitudinal paralelo de 1 por 2 km de lado.

A Marina da Praia da Vitória, instalada perto do extremo norte da baía entre as zonas balneares da Prainha e da Praia Grande, é protegida por outros dois pequenos molhes, o maior tem um traçado curvo, enraizado a norte e cerca de 180 m, sendo composto por um enrocamento, o outro, de direção NW-SE, tem cerca de 80 m de extensão. Este último tinha por objetivo reter as areias vindas de sul, no que tem sido ineficaz, pelo que a marina tem ficado condicionada pelo assoreamento da sua entrada, levando à necessidade de dragagens anuais com volumes médios de 25.000m³, atingindo por vezes 80.000m³ que são feitas no inverno, mas de efeito temporário, o que leva a sucessivas repetições.

Os molhes norte e sul do Porto modificaram significativamente a agitação no interior da baía, o que afetou a dinâmica sedimentar e a configuração das praias. Assim, o aumento da proteção levou a um deslocamento dos sedimentos do centro da baía para as suas extremidades com um desequilíbrio sedimentar que leva à erosão progressiva da zona central e à acumulação de areia junto ao local da marina. Para resolver este problema construíram-se os esporões, o que não resultou numa solução eficaz e tem inclusive agravado a erosão de parte da muralha centenária da Praia da Vitória. O RS explica, com

recurso a esquemas sobrepostos a fotografias aéreas, os problemas associados a esta situação e o evoluir do perfil longitudinal da linha de costa nesta zona e os aspetos que podem ser agravados com os cenários das alterações climáticas.

O RS termina salientando que junto ao terminal de contentores, local da Empreitada alvo deste estudo, a dinâmica sedimentar é reduzida.

A CA considera que acresce referir a existência da área autorizada para a extração comercial de areias, do exterior do molhe do porto de Praia da Vitória, aprovada pela Resolução do Conselho do Governo n.º 3/2014, de 15 de janeiro, a que é adjacente uma nova área potencial para a extração de recursos minerais não metálicos, especificamente areias, identificada no PSOEM-Açores, sendo também próxima uma área de utilidade como mancha de empréstimo para alimentação artificial da zona costeira, assinalada no PSOEM-Açores. Embora estas áreas não se situem no local previsto para o Empreendimento, estão situadas na sua proximidade, justificando-se que sejam considerados os eventuais efeitos ao nível da dinâmica sedimentar.

Em termos de dinâmica sedimentar, para além dos elementos requeridos, a CA considera que a situação e os problemas restantes estão convenientemente caracterizados no EIA.

5.6 BIODIVERSIDADE

Neste descritor é salientada a riqueza biológica existente nos Açores referindo o número de espécies catalogadas no arquipélago assim como o número de espécies ameaçadas.

Embora sem referir o Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril, que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade na Região Autónoma dos Açores e o Decreto Legislativo Regional n.º 11/2011/A, de 20 de abril, que procedeu à criação do Parque Natural da Terceira, o qual integra todas as áreas protegidas da ilha Terceira, o RS faz um breve enquadramento dos instrumentos regulamentares com vista à proteção e conservação da biodiversidade, destacando de forma genérica a Rede Natura 2000 e o Parque Natural de Ilha.

São identificadas e descritas de forma sucinta as três zonas húmidas costeiras (pauis) existentes nas proximidades do projeto, o Paul do Belo Jardim, o Paul da Pedreira do Cabo da Praia e o Paul da Praia da Vitória, este último classificado como zona húmida de importância internacional pela convenção de RAMSAR.

Este descritor está ainda subdividido em dois capítulos, um respeitante à Flora e Fauna Terrestre e outro sobre a Flora e Fauna Marinha, sendo efetuada em ambos uma caracterização geral para a ilha.

Relativamente às áreas de intervenção direta e envolvente imediata do projeto, o RS refere que a flora e fauna terrestre é reduzida a inexistente, especificando que junto à zona industrial, pelo acesso ao porto da Praia observam-se pequenas áreas de pastagem, com alguns exemplares de gado bovino e ao longo da baía da Praia da Vitória junto ao mar observam-se maioritariamente espécies exóticas: escapadas de cultura (e.g. *Arundo donax* e *Pittosporum undulatum*); espécies pratenses (pastos); espécies ornamentais plantadas (e.g. palmeiras). Ocorrem também algumas espécies nativas/endémicas como os juncos ou o brancel da rocha, indicando que nenhuma das espécies está protegida por Decreto Regional.

Relativamente à parte marinha, é mencionado que durante os levantamentos de campo foi possível observar diferentes espécies de aves, alguns a sobrevoar a área de estudo, e com sua maior concentração no Paul da Praia da Vitória, como patos, melros, pardais, ave cinzenta esbranquiçada com asas pontiagudas. Destaca ainda a diversidade de aves migratórias já observadas nos três pauis, apresentando uma listagem.

O RS é omissos quanto à Área Importante para as Aves (IBA) da Terceira (PTM11), na área de abrangência do Empreendimento, pelo que essa menção deverá ser adicionada, considerando a caracterização da área no que diz respeito à avifauna marinha. A nível de iluminação das novas infraestruturas, a CA recomenda que se tenham em consideração as orientações técnicas do guia de boas práticas de iluminação costeira.

A CA verifica que a área de intervenção do Projeto não abrange áreas protegidas classificadas no âmbito da conservação da natureza e da biodiversidade. Apesar de se verificar alguma incoerência em termos de rigor na designação das espécies identificadas, considera-se que este facto não compromete a avaliação de impactes nem a consulta pública. Não obstante, a CA recomenda que, na fase subsequente do projeto de execução, a caracterização da biodiversidade terrestre e marinha, em especial no local previsto para o Empreendimento seja revista e complementada.

5.7 QUALIDADE DO AR

O RS identifica o diploma legislativo de referência para caracterizar este fator ambiental, o Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A, bem como apresenta definições dos

conceitos de Aglomeração e de Zona nos termos da Diretiva-Quadro n.º 1996/62/CE, refere que a Região Autónoma dos Açores se enquadra na definição de Zona, identifica os principais gases poluentes que são utilizados como indicadores para classificar a qualidade do ar: dióxido de enxofre (SO₂), os óxidos de azoto (NO_x), o monóxido de carbono (CO) e as partículas.

Apresenta, seguidamente, a rede regional de monitorização da qualidade do ar, constituída por 4 estações distribuídas por 3 ilhas: Faial com 1 (classificada como rural de fundo), Terceira com 1 (para medição em área urbana de tráfego) e São Miguel com duas (uma para medições em área urbana de fundo e para medições em área urbana de tráfego), sendo a do Faial representativa da qualidade do ar da zona Açores.

Depois o RS prossegue referindo que na área de estudo existem várias ocupações relacionadas com atividade portuária, industrial, operações logísticas, transitários e rede viária, cujo funcionamento poderá ser passível de degradar este parâmetro, contudo salienta que nas deslocações à área de estudo não se identificaram sinais da degradação da qualidade do ar.

O RS refere que apresenta na Tabela 5.7.1 os dados de 2023 da estação situada em Angra do Heroísmo, que é a mais próxima da área de estudo e da qual conclui que, em termos globais e para o referido ano, o índice de qualidade dos poluentes teve a classificação de “Bom”, tendo como determinante o poluente ozono, pois os restantes poluentes obtiveram classificação “Muito Bom”.

Tendo em conta que a estação do Faial é representativa da zona Açores, o RS termina a caracterização mencionando que nesta o índice de qualidade do ar dos Açores foi classificado em 2023 predominantemente “Bom” (47% do tempo) a “Muito bom” (36% do tempo).

A CA verifica a existência de várias imperfeições nesta caracterização que, apesar de não comprometerem a avaliação de impactes, importa corrigir antes da Consulta Pública.

Assim, a Diretiva-Quadro n.º 1996/62/CE foi revogada pela Diretiva 2008/50/CE, 21 de maio, pelo que o Diploma Regional que serve de referência já não segue a diretiva de 1996, sendo que as definições de Aglomeração e Zona estão incorretas no quadro legal regional atual.

Apesar dos dados da Tabela 5.7.1 serem referentes à estação de São Bento, como referido no texto, a legenda desta menciona que são para a ilha do Faial, o que está incorreto.

5.8 RESÍDUOS

O RS efetua o enquadramento legal e descreve o tratamento de resíduos nos Açores, no geral, e na ilha Terceira em particular. Apresenta a listagem de operadores de gestão de resíduos licenciados na ilha, concluindo que esta se encontra equipada com estruturas para a receção, armazenamento e tratamento das mais variadas tipologias de resíduos, estando assim capacitada para a gestão dos resíduos do projeto. Verifica-se que a menção ao alvará n.º 3/DRA/2018 está incorreta, devendo ser considerado o alvará n.º 6/DRAAC/2023.

No RS é descrita a produção de resíduos no arquipélago e na ilha Terceira, com base nos dados de 2020 constantes no PEPGRA 20+.

Relativamente à área do projeto, o RS apresenta a produção anual de resíduos de funcionamento do Porto da Praia da Vitória, identificando as principais tipologias e quantidades produzidas entre 2021 e 2023, bem como as respetivas operações de tratamento.

A CA recomenda que seja considerado o Plano de Ação Nacional para o Lixo Marinho, para o período de 2024 a 2028 (PALM2028), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 148/2024, de 29 de outubro.

5.9 SOLOS E OCUPAÇÃO DE SOLO

O RS começa por apresentar a carta de Capacidade de Uso do Solo com indicação do número de classes, sendo a I a dos solos com melhor aptidão agrícola, para em seguida avançar para a carta com os diferentes tipos de solos na Terceira em termos pedológicos, e explicar as diferentes características físico-químicas destes e informar que na proximidade do Projeto ocorrem solos pardos, sendo que a área de implantação é sobretudo desprovida de solo ou com terreno artificial.

No que se refere à ocupação do solo, o enquadramento apresentado no RS tem por base os três níveis da Carta de Ocupação do Solo dos Açores 2018 (COS.A 2018), sendo que o projeto insere-se em: Territórios artificializados (nível 1), Indústria, Comércio e Transporte (nível 2) e: Áreas portuárias (nível 3).

5.10 PAISAGEM

O RS começa por referir que para a caracterização da paisagem da área de implantação do Projeto, procederam à análise e caracterização do ambiente visual e potencialmente afetado na respetiva área envolvente e em estudo.

Na Nota Introdutória deste descritor, o RS refere a paisagem é entendida e analisada como a parcela do meio ambiente que integra o conjunto das entidades naturais ou componentes biofísicas tais como: relevo, litologia, hidrografia, clima, solo, fauna e flora, estrutura ecológica, e de intervenção humana (componentes socioculturais, ordenamento e ocupação do solo) e de visualização existentes no local em estudo, à qual acresce uma componente subjetiva, associada à impressão causada pela combinação destes fatores em cada observador, sendo a avaliação tarefa fundamental na determinação da sua estrutura visual, nomeadamente da sua qualidade visual e da sua capacidade de absorção visual e vulnerabilidade paisagística face às alterações que resultam da ampliação do porto multiusos do porto da Praia da Vitória, possibilitando deste modo a identificação e avaliação dos impactes visuais previsíveis e das respetivas medidas minimizadoras.

A análise da paisagem foi efetuada para um raio de cerca de 3 km em torno da área abrangida pelo Projeto, considerando-se este adequado a uma boa perceção da envolvente, atendendo às características do território. A zona de referência do Projeto foi enquadrada na Unidade de Paisagem (UP) T3 – Ramo Grande que se desenvolve ao longo de uma vasta encosta pouco declivosa e de baixa altitude, limitada a nascente e a Norte pelo mar. No RS é efetuada a descrição da referida UP e são identificados os respetivos pontos panorâmicos.

O RS menciona que a sensibilidade visual de uma paisagem diz respeito à sua maior ou menor capacidade de exposição das bacias visuais para um conjunto de pontos de observação. Estes foram selecionados considerando a localização dos potenciais observadores presentes. A sobreposição das bacias visuais dos pontos considerados permite determinar as áreas visualmente mais expostas. Prossegue com a descrição da metodologia que permitiu definir uma matriz/carta de sensibilidade visual (alta a média). Conclui que quanto maior é a proximidade ao local a ser intervencionado, maior será a sensibilidade visual e que as zonas sem bacia visual em relação ao Porto da Praia apresentam sensibilidade visual nula.

A CA considera suficiente a caracterização efetuada para este descritor.

5.11 AMBIENTE SONORO (RUÍDO)

O RS começa por fazer o enquadramento legal que serve de base à caracterização e regulamentação do ambiente sonoro e emissões de ruído e das competências que estão atribuídas aos municípios neste âmbito.

Depois expõe a definição de diversos indicadores de ambiente sonoro, de zonamento de ruído e os limiares legais a que os diferentes tipos de zonas estão sujeitos, considerando ainda as situações de exceção devido à presença ou pretensão de construção de grandes infraestruturas de transporte e informr que, devido à revisão do PDM da Praia da Vitória, no presente momento não estão delimitadas as zonas em termos de ruído no concelho de implantação da empreitada

Prossegue com a apresentação de excertos de mapas de ruído da Praia da Vitória para a área de estudo onde se pode observar que esta para o indicador L_{den} , está exposta às classes de ruído entre 40 – 50 dB (A), onde se pode atingir valores de 50 dB (A) junto à rede viária e para o indicador L_n , esta está exposta, sobretudo, à classe inferior a 40 dB (A).

A CA verifica das cartas apresentadas que as classes de níveis sonoros entre 55 e 65 dB (A) do indicador L_{den} tem alguma expressão junto a algumas vias e sobretudo na área contígua à zona sul da Porto da Praia da Vitória, pelo que o texto não está consistente com a figura. Algo semelhante, mas com menor expressão espacial, acontece-se para a indicador L_n .

Igualmente verifica que nesta caracterização não foram identificados os recetores sensíveis mais próximos da Empreitada e as principais fontes de ruído, além da rede viária responsáveis pelas manchas da classe 60 a 65 dB (A) que se observam na área de estudo, contudo este aspeto pode vir a ser colmatado em procedimento de RECAPE caso se venha a considerar necessário.

5.12 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Nada a acrescentar ao referido para o capítulo 2.3.

5.13 SOCIEDADE E ECONOMIA

O RS começa por enquadrar o projeto no concelho da Praia da Vitória, na ilha Terceira, Região Autónoma dos Açores, apresentando a sua área e população. Relativamente à economia regional refere que a mesma estabilizou após grandes oscilações verificadas entre a segunda metade de 2021 e agosto de 2022 e apresentando dados do desemprego e da inflação. Destaca o setor terciário, apontando o turismo, como sendo a atividade que registou um forte dinamismo em 2023, comparativamente a 2022.

Apresentam dados relativos à população e parque habitacional, a nível do concelho e da ilha, assim como alguns indicadores económicos, focando a atividade da Portos dos Açores no Porto da Praia da Vitória.

A CA considera que nesta perspetiva os dados apresentados permitem avaliar a importância e impacto do projeto em apreciação. Contudo não existe qualquer caracterização das atividades diretamente afetadas pela implementação do projeto, que se localizam da área de estudo, nomeadamente as atividades marítimo-turísticas, pesca, desporto e recreio náutico e uso balnear, lacuna que importa ser colmatada.

5.14 SAÚDE HUMANA

O RS apresenta os conceitos de saúde e saúde ambiental definidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e efetua o seu enquadramento no Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde. Apresenta quais os efeitos ambientais que são avaliados em matéria de impactos na saúde e os critérios de avaliação da exposição a um fator de risco e descreve os fatores ambientais que influenciam a saúde humana.

Identifica os serviços de saúde que servem, o concelho e a ilha e a entidade coordenadora dos mesmos.

O RS refere o Plano de Segurança Interno com as respetivas Medidas de Autoproteção (MAP) no Porto da Praia da Vitória, que visam garantir a prevenção de riscos e uma resposta eficiente em casos de emergência, como incêndios, atender aos requisitos legais e ajudar a reduzir os riscos, de acordo com a política de segurança, facilitar a resposta rápida a incidentes, pois os cenários prováveis já são treinados e preparados e orientar a gestão de recursos, manutenção, formação e treino das Equipas de Segurança (ES). As MAP também aumentam a eficácia da intervenção dos socorros externos. Neste âmbito, apresenta a classificação dos edifícios existentes no Porto da Praia da Vitória de acordo com categorias de risco.

Apresenta ainda dados regionais relativos à natalidade, esperança média de vida, mortalidade e morbilidade.

Relativamente à atividade do promotor, descreve que o índice de frequência de acidentes é alto, apesar de em 2023 ter sido inferior a 2021, enquanto o índice de gravidade atingiu em 2023 o valor mais elevado dos últimos três anos. Em 2023, dos 12 acidentes registados, 9 resultaram em baixas médicas, totalizando 1007 dias.

A CA considera que nesta perspetiva os dados apresentados permitem avaliar a importância e impacto do projeto em apreciação. Contudo, não existe qualquer caracterização ao nível da saúde humana relativamente a trabalhadores e utilizadores da envolvente da área de estudo.

5.15 PATRIMÓNIO CULTURAL E ARQUEOLÓGICO

Para a caracterização do Património Cultural e Arqueológico, o RS apresenta os elementos que são determinados enquanto ocorrências, tendo definido um raio de 1 km desde a linha de costa, no sentido terra, e a baía da Praia da Vitória e procedido à consulta de documentação e legislação relevante na matéria para a sua identificação.

As sete ocorrências terrestres identificadas e descritas encontram-se fora das áreas de intervenção direta do projeto. O RS destaca o Forte de Santa Catarina e a Muralha da Praia da Vitória pelo seu enquadramento face à área de projeto.

A nível das ocorrências subaquáticas, o RS menciona que a situação de referência do local caracteriza-se por ser uma área de elevada sensibilidade arqueológica com indícios da existência de bens culturais provenientes da navegabilidade do espaço, da ocupação da margem ribeirinha e das características naturais do local, que estiveram sempre em mutação.

Apresenta uma listagem de naufrágios inventariados e uma lista de sítios arqueológicos subaquáticos. No entanto, refere que, apesar destes registos, o registo arqueológico, caracterização e sistematização, é ainda escasso, concluindo que os restos arqueológicos identificados na baía, nomeadamente restos de uma embarcação canhões e artefactos diversos, corresponde, por um lado, a vivência dos portos dos Açores desde o início das navegações inter-ilhas e trans-Atlânticas.

A CA considera suficiente a caracterização apresentada.

5.16 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA SEM O PROJETO

O RS, neste ponto, assume que a não execução do Cais Multiusos leva à permanência da situação de referência descrita, com o agravamento das limitações que comprometem a competitividade da Portos dos Açores e limitam o seu crescimento económico.

A CA nada tem a referir para este ponto.

Capítulo 6 – IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTES AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

6.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

O primeiro ponto deste capítulo do RS inicia-se com a apresentação genérica da metodologia utilizada para a determinação e avaliação dos impactos ambientais perspectivados em consequência da construção para cada uma das três possíveis soluções alternativas selecionadas para o Cais Multiusos e previamente descritas no EIA, tendo em conta as ações associadas às fases de construção e de exploração, esta última para um horizonte temporal de 50 anos.

É assumido no RS que não se perspetiva a desativação da infraestrutura a construir, mas propõe-se, que nesta situação, se elabore, no momento dessa decisão, um plano de desativação a aprovar pelas entidades competentes

Os impactos são referenciados para fator ambiental considerado anteriormente e em função dos seguintes parâmetros: natureza (positivo ou negativo), incidência (diretos ou não), duração (temporária ou permanente), reversibilidade, fase de implementação do projeto para a sua ocorrência, frequência em se repetir, probabilidade de acontecer, sensibilidade de cada fator ambiental aos efeitos do projeto, sendo ainda exposta uma metodologia para se classificar cada parâmetro e ainda uma matriz final para se estimar a magnitude e significância dos diferentes impactos.

Tendo em conta os vários impactos identificados sobre cada um dos fatores ambientais, são propostas medidas de mitigação dos negativos.

A CA reconhece o esforço dos autores em desenvolver uma metodologia para reduzir a subjetividade da avaliação, contudo, esta nunca é totalmente erradicada ao envolver aspetos quantitativos e qualitativos condicionados aos objetivos do proponente, embora existam alguns impactos que melhor podem ser suportados em modelação matemática do que outros, como acontece na agitação marítima.

6.2 IMPACTES E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO NO CENÁRIO DE REFÊRENCIA (PERMANÊNCIA DA SITUAÇÃO ATUAL)

Apesar do referido no ponto 5.16 do RS, de que a não execução desta Empreitada resulta na permanência da situação de referência com agravamento dos constrangimentos e consequências económicas, este volume repete no presente ponto o exercício para os descritores antes caracterizados e com a ressalva de não ocorrência dos impactos provenientes da execução do Cais Multiusos.

A CA da leitura deste ponto tem a referir que o termo “impacte”, por definição do próprio diploma AILA, está obrigatoriamente associado a consequências resultantes da realização de um projeto, pelo que a terminologia adotada para este ponto está técnica e legalmente errada.

Assim, embora a CA perceba a ideia que se pretende expor neste ponto do RS, para a correção desta terminologia relativa às perspetivas nos cenários sem a execução de projeto alvo de avaliação, recomenda-se a utilização do conceito de “manutenção” para os aspetos estáticos e de “tendência” para os aspetos evolutivos, onde a classificação desta pode ser com termos semelhantes aos seguintes: agravamento da situação atual, aumento do constrangimento ou evolução desfavorável, quando indesejáveis; enquanto, para os de sentido contrário, termos como: melhoria da situação, redução do constrangimento ou evoluções favoráveis.

6.3 IMPACTES E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO NAS SOLUÇÕES CONSTRUTIVAS

O RS neste ponto expõe os impactes perspetivados pelos autores por fator ambiental, classifica-os e propõe, quando possível, medidas de mitigação para os mesmos quando negativos ou de potenciação se positivos. Numa nota introdutória refere que estes aspetos foram efetuados para as alternativas descritas anteriormente: Solução 2; Solução 3A e Solução 3B; incluindo dragagens da bacia para a execução dos aterros e alteamento do muro-cortina.

A CA, por princípio, não comenta no parecer de apreciação da conformidade do EIA a avaliação dos diferentes impactes feita no EIA, de modo a não interferir na discussão e participação de eventuais interessados durante a consulta pública, exceto se detetar erros graves que distorçam a avaliação dos mesmos ou comprometam as conclusões do Estudo.

Apesar do exposto no parágrafo anterior, sempre que considerado necessário, a CA referirá abaixo os aspetos que é de parecer que devem ser corrigidos ou aperfeiçoados, podendo existir fatores ambientais sem reparos, sem que tal signifique neste momento concordância integral com o exposto no RS para esses descritores.

6.3.2 CLIMA E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Neste descritor o RS assume que teve em consideração as ações associadas ao projeto e os respetivos efeitos no clima, contribuição para as alterações climática e de adaptação da infraestrutura à ocorrência desta. O RS expõe ainda uma também de classificação da magnitude do impacte para este fator ambiental.

Fase de Construção

Para este fator ambiental e tendo em conta a volumetria da infraestrutura a construir o EIA não estima impactes desta fase sobre o clima, todavia reconhece que a laboração de máquinas na obra e o transporte do excedente de dragados para vazadouro gera GEE que conduzem a um aumento de emissões sem comprometer as metas da Região.

Na comparação das estimativas de emissões para as 3 alternativas, o EIA estima que para as soluções 2 e 3A as quantidades de emissões são semelhantes, enquanto para a 3B, existe uma redução significativa de material a transportar, pois deverá ser incorporado no aterro, pelo que, inicialmente poderia ser menos impactante, contudo a maior duração dos trabalhos desta fase pode compensar as emissões em obra, pelo que as diferenças não são significativas.

Assim a emissão de GEE resultaria num nesta fase a um impacte negativo, direto, e de significância elevada nas 3 alternativas.

Fase de Exploração

Relativamente a esta fase o EIA assume que o Cais em si não gera emissões pelo que o impacte deverá ser negligenciável nas três soluções, todavia reconhece que durante a exploração pode haver um maior afluxo de navios pelo que a atividade pode aumentar e as emissões associadas a essa situação.

Em paralelo o RS refere que a solução 3B com o alteamento do muro-cortina permite atenuar os galgamentos, pelo que tendo em conta o perspectivado em matérias de subida do nível do mar e intempéries, esta solução incorpora uma medida de adaptação às alterações climáticas e aumenta a resiliência e proteção costeira, que avalia como um impacte positivo de significância elevada.

6.3.3 GEOMORFOLOGIA

Depois de referir que a Empreitada decorre no mar, pelo que as alterações da geomorfologia decorrem da deposição dos caixotões do cais que geram uma zona emersa e das dragagens que aprofundam os fundos, o RS expõe uma também de classificação da magnitude do impacte para este fator ambiental.

Fase de Construção

O RS informa que o estaleiro deverá ficar instalado na área portuária, pelo que do mesmo não resulta um impacte geomorfológico.

O RS identifica para as três soluções a alteração morfológica dos fundos por dragagem no local de implantação do Cais e posterior implantação dos caixotões, sem afetar nenhuma formação geomorfológica de interesse, pelo que classifica este impacto como negativo, direto, mas de significância reduzida.

Propõe, contudo, as seguintes medidas de mitigação:

- Devem ser definidos os percursos de toda a maquinaria a modos de se seguirem sempre os mesmos percursos.
- Deverão ser respeitados os volumes de sedimentos dragados definidos em projeto impedindo extrações superiores às estritamente necessárias.
- As dragagens devem ser acompanhadas por meio da realização de levantamentos batimétricos para verificação das profundidades dos volumes dragados.
- Devem ser respeitados os locais de dragagem e deposição definidas em projeto.
- No caso de eventuais dragagens na fase de exploração, devem ser assumidas as medidas já definidas para a fase de construção do projeto.
- Deve-se minimizar, o quanto possível, o volume de terras sobrando, a transportar para fora da área do projeto.

Fase de Exploração

O EIA assume que nas três alternativas para o Cais, não se perspectivam novos impactos geomorfológicos além dos que resultaram da construção, uma vez que as dragagens são na ordem das que já decorrem na manutenção dos fundos, mas com a implementação da Etapa 2 de dragagem dos fundos haverá uma alteração geomorfológica e recomenda, nesta situação, que se os dragados possuírem características qualidade passíveis de serem utilizados na alimentação das praias próximas, sejam aproveitados para esse fim e tal pode resultar num impacto positivo.

Assume ainda que a monitorização da batimetria, da qualidade dos sedimentos e da orla costeira permite mitigar eventuais impactos das alterações decorrentes da fase anterior.

6.3.4 GEOLOGIA

Novamente o RS põem enfoque nas alterações que decorrem nos fundos marinhos com as dragagens, pelo que os efeitos serão sobretudo na geológica submersa para a deposição dos caixotões do cais, salientando ainda o dimensionamento dos aprofundamentos previstos para a etapa 1 e 2, o RS expõe ainda um quadro com os critérios de classificação da magnitude do impacto para este fator ambiental.

Fase de Construção

O RS parece considerar os impactos na geologia semelhantes aos do descritor geomorfologia, sendo que mesmo na solução 2 não exclui a eventual necessidade de alguns materiais de empréstimo para enrocamento e estes devem provir de uma pedreira licenciada, volumes de materiais que tenderão aumentar sucessivamente na solução 3A e 3B.

As medidas de mitigação propostas no RS para a geologia são semelhantes às da geomorfologia.

A CA apenas tem a alertar, que a extração de rocha de pedreira licenciadas não deixa de ser um impacto na geologia por consumo de recursos geológicos e esta situação, a acontecer, não ocorre em meio marinho.

Fase de Exploração

Considera a inexistência de novos impactos sobre a geologia, pois apenas existe a continuidade dos que resultaram da fase anterior.

A CA apenas tem a referir que os sedimentos são materiais geológicos, pelo que a sua movimentação por dragagem, também é um impacto geológico.

6.3.5 RECURSOS HÍDRICOS

O RS começa por destacar que a Empreitada não afeta nenhuma zona de infiltração máxima de aquíferos utilizados para abastecimento público, mas que se encontra em águas costeiras com zonas balneares na baía, cuja qualidade pode ser afetada, apresentando depois um quadro com os critérios de classificação da magnitude do impacto para este fator ambiental em função da extensão de abrangência das afetações da qualidade de água.

Fase de Construção

Em qualquer uma das três soluções, atendendo à dragagem de sedimentos na bacia, o RS assinala que, em termos de recursos hídricos superficiais, é expectável que a massa de água costeira pouco profunda que abrange a área do projeto sofra impactos negativos, como o aumento da turbidez da coluna de água com a suspensão de sedimento, a remobilização de poluentes absorvidos nos sedimentos dragados, a diminuição de oxigénio e a contaminação microbiológica. Para as soluções 3A e 3B, atendendo à construção do terrapleno, o RS assinala um provável aumento local de turvação e

concentração de sólidos suspensos na coluna de água, devido à imersão do material. O RS identifica ainda impactos negativos ao nível da utilização balnear e da qualidade das águas balneares na proximidade da área de intervenção, referindo que estas serão afetadas pelas operações diárias de dragagem da bacia, podendo levar a condicionamentos à fruição balnear ou ao encerramento temporário em caso de se considerarem águas imprópria para banhos.

O RS assume que não haverá impactos nos recursos hídricos terrestres, contudo a Empreitada poderá provocar turbidez devido às dragagens e contaminação da água se houverem derrames da maquinaria, estes efeitos podem levar ao encerramento temporário de zonas balneares envolventes.

O Estudo não é muito claro em termos de distinção da significância dos impactos nas 3 soluções em avaliação, embora se deduza que a execução dos aterros a possa aumentar, pelo que em termos crescentes de significância teríamos as alternativas 2, 3A e 3B.

Assim o RS avalia os impactos neste descritor como imediatos, temporários e reversíveis, podendo ter uma significância elevada, mas mitigáveis para níveis médios a reduzidos se forem implementadas as seguintes medidas de mitigação, comuns para as três alternativas:

- Realização das dragagens fora da época balnear, de modo a não afetar os banhistas;
- Realização das dragagens na altura de baixa mar (maré baixa), para facilitar a remoção dos sedimentos e para que não haja muito material suspenso;
- Utilização de cortinas de lodo flutuantes, que atuam como uma linha de defesa;
- Inspeção manutenção e periódica dos equipamentos utilizados na obra.

A CA, genericamente, está de acordo com exposto, contudo, chama a atenção que as obras marítimas costeiras necessitam de ser efetuadas em períodos de menor agitação marinha e estes concentram-se no verão, estação coincidente com a época de balnear. Assim, o Empreendimento em apreço poderá conflitar com a duração da época balnear, uso e prática balnear, bem como ter implicações na identificação, anual, de águas balneares, no programa de monitorização das águas balneares, bem como nos resultados dessa monitorização. Alerta-se, também, para o eventual conflito com candidaturas a galardões ambientais, como é o caso da Bandeira Azul. A CA recomenda ainda que se ponderem os impactos ao nível deste descritor caso seja necessário o recurso a explosivos para a dragagem de material rochoso na baía.

Fase de Exploração

O RS não preconiza impactos diretos da obra, mas assume que esta facilita um aumento de embarcações a operar na baía, aumentando o risco de derrames e consequentes contaminações da água. Dada a baixa probabilidade de ocorrência, este impacto é classificado com significância reduzida. Esta perspectiva é comum às três alternativas em avaliação.

Como modo de mitigação deste impacto o EIA propõe:

- A inspeção periódica visual às embarcações que frequentem o Porto.

6.3.6 PROCESSOS COSTEIROS E DINÂMICA SEDIMENTAR

A partir de estudos sobre os efeitos deste Cais, o RS informa que o prolongamento do cais em 350 m resulta num ligeiro aumento dos índices de agitação, sobretudo junto ao cais à cota -12 m (ZH) e na zona do prolongamento, embora pouco significativos e limitados a essas áreas, mas a solução 2 apresenta um agravamento considerável dos índices de agitação na bacia do tardo do prolongamento, sobretudo para rumos de NNE e NE para períodos maiores ($T_p=15$ s) que podem comprometer a acostagem e as operações portuárias.

Assim, na entrada do porto e na bacia de manobra, os índices de agitação variam em função do rumo e da altura da onda, sendo o vento o principal fator determinante para a navegação, onde os rumos de NNE e NE apresentam os maiores índices na entrada e os menores na bacia, enquanto o rumo SE apresenta os menores valores devido à batimetria circundante.

Relativamente ao cais, os índices de agitação médios para os rumos mais frequentes (NNE e NE) apresentam variações inferiores a 10% para períodos de pico de 9 e 12 s, as maiores diferenças ocorrem para $T_p=15$ s na área do novo cais Multiusos e no cais adjacente, com aumentos localizados, mesmo assim pouco significativos.

Assim, tendo em conta a extensão do agravamento da afetação do índice de agitação marítima e dinâmica sedimentar é apresentada uma tabela igual à dos recursos hídricos para classificação da magnitude dos impactos.

A CA apenas tem a referir que na tabela poderia ter sido adicionado uma componente respeitante à extensão e grau de comprometimento das condições de operacionalidade da infraestrutura existente e a construir, tendo em conta as modelações dos efeitos da

agitação marítima na baía para as diferentes alternativas conjugado com as frações de tempo para os diferentes rumos, intensidades, alturas e frequências de vento e ondulação incidente na área de estudo.

Fase de Construção

O RS começa por alertar para o facto de o Estudo Prévio não prever impactes significativos na hidrodinâmica durante o período de obras, nem detalhar as diferentes fases de construção do projeto ou das alternativas.

Todavia o EIA assume que é expectável que ocorram alterações temporárias na agitação marítima, especialmente durante a deposição dos blocos TOT devido às variações na reflexão das ondas ao longo das diferentes etapas da obra, mas considera que estas alterações serão temporárias, de curta duração e com baixa probabilidade de provocarem impactes significativos.

Devido às dragagens provocarem alteração da topo-hidrografia no interior da baía portuária, além das partículas em suspensão durante estas operações geradoras de turbidez, o EIA levanta a hipótese de que esta situação pode ter efeitos na estabilidade dos fundos marinhos, nos perfis das praias, dinâmica sedimentar e agitação marítima, sendo que não houve um estudo e simulações para estas vertentes, que alerta poder gerar impactes negativos mais significativos que o previsto e mesmo geradores de descontentamento das populações.

O RS, além dos aspetos referidos anteriormente neste ponto para o cais tardoz da solução 2, não perspetiva grandes diferenças no tipos e magnitude de impacto para as diferentes alternativas.

O RS propõe assim as seguintes medidas de mitigação para os impactes negativos sobre este fator ambiental comuns a todas as alternativas:

- Definição de uma limitação da velocidade de navegação no interior do porto;
- Monitorização antes e depois da dragagem da profundidade, turbidez e distribuição de sedimentos;
- Evitar extrações desnecessária, limitando os volumes aos definidos no projeto;
- Delimitar, com precisão, as áreas a dragar, evitando intervenções fora dessas zonas;
- Colocação de barreiras de contenção de sedimentos quando haja o risco de dispersão de sedimentos finos;

- Gerir os materiais dragados, de modo a promover o seu reaproveitamento em obra e no reforço dos areais das praias próximas que sofram de erosão significativa.

Fase de Exploração

O RS não perspetiva outros impactes para esta fase, exceto os que poderão resultar da Etapa 2 das dragagens se estas ocorrerem já depois da construção, que levará a um aumento do já implementado com a Etapa 1.

Salienta ainda os impactes do aumento da agitação da bacia no tardois do cais da solução 2, de significância média e requerendo medidas de mitigação para evitar perturbações nas operações e na segurança da navegação.

Reitera o referido anteriormente ao nível da dinâmica sedimentar no interior da baía, reforçando a necessidade de um estudo sobre este aspeto e propondo como medida de mitigação a monitorização desta situação para avaliar convenientemente a frequência e necessidade de dragagens de manutenção e respetivos impactes.

No que se refere à comparação das diferentes alternativas salienta a inexistência de cais tardois na solução 3A e 3B.

A CA considera que existe informação suficiente relativamente à avaliação de impactes sobre este fator ambiental

6.3.7 BIODIVERSIDADE

O RS efetua a avaliação de impactes do projeto sobre a biodiversidade, sobretudo no ecossistema aquático e sobre a avifauna, para as diferentes soluções e fases do projeto. Salienta que não existem interferências com o meio terrestre e que não são interseccionadas áreas com estatuto de conservação e apresenta medidas de mitigação dos impactes identificados.

Na avaliação dos impactes sobre a biodiversidade e valores ecológicos no ecossistema aquático, para as diferentes fases de projeto, o RS assinala que os fatores introduzidos e modificados pelo projeto, nas suas diferentes fases, contribuem para a alteração e/ou perturbação dos habitats e das comunidades bentónicas em presença, prevendo que as operações de dragagem possam afetar significativamente estas comunidades e apresentando uma tabela de classificação da magnitude dos impactes.

Em matéria de incidência em áreas de relevo para a conservação, a CA recomenda que seja acrescida a referência à IBA da Terceira (PTM11), na área de abrangência do Empreendimento, atentos os potenciais impactes na avifauna marinha.

Fase de Construção

O RS identifica impactes sobre a biodiversidade, previsivelmente de baixo grau, sobre as comunidades bentónicas e as aves, assinalando a destruição e perturbação dos habitats e das espécies de menor mobilidade, em resultado das obras de prolongamento do porto e das operações de dragagem. Assinala ainda impactes de caráter temporário e limitado nas aves, pela manobra e operação de equipamentos.

O impacto negativo mais relevante identificado, direto e de significância elevada, decorre da instalação de caixotões e da dragagem dos fundos e corresponde à destruição das comunidades bentónicas, embora de caráter temporário e reversível, tendendo a recuperar com relativa rapidez. O RS assinala como improvável que se afetem espécies com estatuto de conservação desfavorável, considerando a mobilidade dos invertebrados marinhos tipicamente em presença.

Para além dos aspetos referidos anteriormente, o RS não perspetiva diferenças significativas nos tipos de impacto para as diferentes alternativas, à exceção da solução 3B, em que se perspetiva que a magnitude dos impactes sobre a biodiversidade seja acrescida, de caráter irreversível, por apresentar uma área afetada maior, que deixa de estar acessível para a restituição da biodiversidade.

O RS propõe assim as seguintes medidas de mitigação para os impactes negativos sobre este fator ambiental, comuns a todas as alternativas:

- Reduzir o período de intervenção no cais;
- Aplicar medidas de redução do ruído, pela seleção de máquinas e viaturas menos ruidosas.

Fase de Construção

Com base na caracterização realizada e na ausência de intervenções previstas para a fase de exploração, O RS assinala que não se antecipam impactes significativos nesta fase. No entanto, é ressalvado que, caso a ETAPA 2 de dragagem ocorra após a construção (ETAPA 1), os impactes na área não abrangida pela ETAPA 1 serão semelhantes aos já identificados, tendo em conta a área e profundidade superiores.

Não obstante a avaliação de impactes sobre este fator ambiental seja pouco aprofundada, a CA considera que, nesta fase, existe informação suficiente para assegurar os objetivos

da Consulta Pública, ressaltando que, em fase posterior, a informação deverá ser complementada no que concerne à avaliação e mitigação dos impactos para este descritor, recomendando que se tenham em consideração os critérios e metodologias de avaliação do estado ambiental das águas marinhas no âmbito da DQEM, atendendo ao enquadramento da área do Empreendimento em meio marinho. A CA recomenda ainda que se ponderem os impactos ao nível deste descritor caso seja necessário o recurso a explosivos para a dragagem de material rochoso na baía.

6.3.8 QUALIDADE DO AR

O RS assume repercussões na qualidade do ar que podem afetar a população ribeirinha das freguesias do Cabo da Praia e de Santa Cruz. Sem ser muito explícito deduz-se que este impacto resulta das emissões dos motores da maquinaria e veículos afetos às dragagens e colocação dos caixotões, embora refira que o levantamento de poeiras será pouco significativo porque todos os espaços de circulação estão pavimentados. Apresentando como habitualmente uma tabela de valoração da magnitude dos impactos.

Fase de Construção

Apesar de nos pressupostos o RS justificar o considerar pouco significativo o impacto do levantamento de poeiras, este surge incluído na fase de construção como de significância média, além disso faz menção, para além do local do projeto, o da implantação do estaleiro.

Na comparação das três alternativas o EIA reconhece um maior aterro, embora os impactos sejam os mesmos dos identificados para as outras duas alternativas.

Para mitigar os impactos na qualidade do ar o EIA recomenda a escolha de percursos alternativos que evitem zonas mais urbanas e a realização de inspeções periódicas nas máquinas e viaturas.

Fase de Exploração

O RS refere a possibilidade de aumento das atividades relacionadas com as operações do transporte de contentores e da gestão regular do porto, mas considera este impacto com uma significância negligenciável.

Apesar do texto parecer um pouco concreto, a CA verifica que o RS identifica os impactos e, indiretamente, reconhece a possibilidade de as emissões ocorrerem também nos locais de pedreiras de fornecimento de materiais de empréstimo ou vazadouros para deposição

de terras sobrantas, caso haja dragados que não sejam imersos ou utilizados em obra, bem como nos circuitos entre estes e a frente de trabalho.

6.3.9 RESÍDUOS

O RS identifica os resíduos produzidos em cada uma das fases do projeto e avalia os seus impactos para cada uma das soluções preconizadas, apresentando um conjunto de medidas de mitigação.

Uma vez que o Projeto se encontra em fase de Estudo Prévio, a CA considera que nesta fase se pode aceitar a não apresentação do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição já previsto no Plano de Gestão Ambiental da Obra, pois o mesmo poderá ser apresentado apenas em RECAPE.

6.3.10 SOLOS E OCUPAÇÃO DE SOLOS

O RS considera que não há impactos neste descritor em nenhuma das fases com base nas seguintes justificações: o Cais Multiusos é no plano de água e as estruturas existentes estão em zonas artificializadas.

6.3.11 PAISAGEM

O RS refere que a degradação da qualidade visual num projeto desta natureza está relacionada diretamente com a desorganização espacial e funcional da paisagem, e perturbação na manifestação visual do território, devido à intrusão das estruturas, movimentação de maquinaria/veículos, criação de acesso, movimentação de terras e da implantação do estaleiro necessário à execução da obra. Considera que o impacto visual terá particular incidência nos observadores externos à obra.

No RS é efetuada a avaliação de impactos para as diferentes soluções e fases do projeto.

Não prevê medidas de mitigação para este descritor.

6.3.12 AMBIENTE SONORO (RUÍDO)

O RS estima a ocorrência de emissões sonoras em resultado do funcionamento e circulação de veículos e maquinaria, considera, ainda, a hipótese da necessidade do recurso a explosivos sobre material rochoso que se encontrasse nas operações de dragagem, que, neste caso, seriam, em parte, absorvidas pela própria coluna de água.

Considera ainda que os recetores sensíveis seriam os próprios trabalhadores do porto, e as populações vizinhas nas freguesias do Cabo da Praia, por onde haverá a circulação de

acesso à obra, e de Santa Cruz, a mais populosa e próxima do local das dragagens e apresenta, novamente o RS apresenta uma tabela de magnitudes em função da extensão da área perturbada pelo ruído.

Fase de Construção

As emissões são as mesmas referidas nos pressupostos, sendo que o RS assume que o ruído além dos moradores, também pode afetar os utilizadores das zonas balneares, classificando, mesmo assim, este impacto como negativo, direto e de significância reduzida, mas se houver a necessidade do uso de explosivos a significância ascende a média,

Relativamente às 3 alternativas, o RS considera que a principal diferença resulta da duração da fase que é consecutivamente crescente da solução 2, 3A até à 3B.

Como medida de mitigação o RS propõe:

- Uso de equipamentos com baixo ruído;
- Execução dos trabalhos em períodos de menor ocupação das praias e no período diurno;
- Manutenção técnicas da maquinaria;
- Implantação de barreiras sonoras temporárias na zona do estaleiro e áreas com maiores emissões de ruído.

Fase de Exploração

Segundo o RS, a principal alteração, em termos de ruído nesta fase, está associada às melhores condições para aumentar a movimentação de embarcações e atividade portuária no porto, que, em paralelo conduzir a um alargamento de operações para o período noturno, contudo classifica este impacto como pontual e temporário, logo de significância reduzida, podendo mesmo ser negligenciáveis.

O EIA perspetiva impactes semelhantes para as 3 alternativas em avaliação.

Como medida de mitigação propõe medições periódicas de ruído e seleção de equipamentos menos ruidosos.

A CA verifica que a avaliação dos impactes para este fator ambiental é muito genérica, sendo que a proposta de medições periódicas de ruído mais não é que um programa de monitorização do ambiente sonoro que efetivamente é proposto no capítulo 7 deste volume. Todavia, considerando que se está numa fase de Estudo Prévio a concretização e metodologias de quantificação do incremento do ruído podem ser efetuadas em fase de

procedimento de RECAPE. Nessa fase, a CA recomenda que se tenham também em consideração os critérios e metodologias de avaliação do estado ambiental das águas marinhas no âmbito da DQEM, em especial para o descritor do ruído submarino, atendendo ao enquadramento da área do Empreendimento em meio marinho.

6.3.13 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

No que respeita ao ordenamento do território, o EIA identifica como pressuposto que, uma vez que na área de implementação do projeto os IGT em vigor o solo já é classificado como área portuária, pelo que os impactes são nulos. Assim, nada há a acrescentar ao referido.

6.3.14 SOCIEDADE E ECONOMIA

O RS avalia impactes na Sociedade e Economia para as diferentes fases e soluções do projeto. No entanto, os impactes identificados decorrem da caracterização da situação de referência efetuada, centrando-se nos efeitos diretos da construção e exploração da área portuária. Não são avaliados impactes nas atividades que se desenvolvem na área de estudo, devido à alteração das condições atuais e eventuais efeitos, tendo em conta a lacuna antes mencionada.

São apresentadas medidas de mitigação dos impactes negativos e de potenciação dos impactes positivos identificados.

6.3.15 SAÚDE HUMANA

O RS considera a segurança dos trabalhadores e da população em geral como um fator crucial a considerar em qualquer obra. Refere também que os efeitos ambientais avaliados em matéria de impactes na saúde contemplam, normalmente, os danos infligidos na saúde pública/humana decorrentes da transformação de habitats e áreas naturais, poluição de água, solo ou ar, e mudança ou desenvolvimento do ambiente construído, entre outros, e da exposição ou proximidade a fontes de risco ambiental.

É efetuada a avaliação de impactes para as diferentes soluções e fases do projeto, incluindo o contexto laboral da obra e funcionamento do Porto, assim como os recetores previstos na envolvente ao projeto.

Prevê a medidas de mitigação dos impactes identificados.

6.3.16 PATRIMÓNIO CULTURAL E ARQUEOLÓGICO

O RS considera que, dado o desenvolvimento do grosso do projeto ser em meio subaquático, o património submerso seria aquele a ser mais afetado pelo desenvolvimento do projeto e não prevê impactes sobre as ocorrências terrestres.

Assim, apresenta a avaliação de impactes para as diferentes soluções e fases do projeto, identificando um conjunto de medidas de mitigação para os mesmos.

6.4 IMPACTES CUMULATIVOS

O RS começa por definir “impactes cumulativos”: *todos aqueles cuja junção das suas significâncias individuais, nos projetos em conjunto, seja superior à simples adição de cada uma das partes.*

Assim, os autores do EIA solicitaram à Câmara Municipal informação dos projetos de que tem conhecimento estarem previstos para a área de estudo, cujas tipologias são expostas em quadro, para, deste modo, verificar possíveis efeitos conjugados que resultassem no aumento das significâncias dos impactes de cada um devido à Empreitada.

No conjunto estão previstos vários projetos de habitações para as freguesias contíguas à baía e para os quais o EIA não perspetiva efeitos cumulativos.

Igualmente está previsto um edifício de grande dimensão para centro de logística na freguesia de Santa Cruz e, em relação ao qual, o RS estima efeitos cumulativos negativos com o projeto em avaliação. Na fase de construção uma degradação da qualidade do ar e do ambiente sonoro ao longo de uma maior área e ainda um maior aumentando da circulação de máquinas e viaturas; e impactes cumulativos positivos na fase de exploração, onde a maior capacidade operacional do porto pode alavancar a economia local e regional.

Igualmente está prevista uma pretensão da própria Autarquia, ainda em fase de Estudo Prévio, para proteção e defesa do litoral urbano para a Praia Grande, sendo exposto no RS os critérios que esta obra deveria respeitar e as soluções alternativas em apreciação para a tomada de decisão, em relação ao qual o EIA estima a possibilidade de sinergia nos impactes positivos pela aplicação dos sedimentos dragados no enchimento dos materiais geossintéticos, evitando novas operações de dragagem e de transporte do excedente para outros locais da ilha.

Por fim, o RS apresenta, também, uma pretensão da PA de arranjos e requalificação do acesso ao Cais Multiusos, referindo que esta situação, na sua fase de construção, gerará uma maior desorganização visual da paisagem, devido à proximidade à Empreitada, bem como da qualidade do ar e do ambiente sonoro junto aos locais de intervenção, mas não considera que os aglomerados mais próximos sejam afetados significativamente face ao descrito para o caso individual do presente projeto.

Já para a fase de exploração, o RS considera que os acessos melhorados permitirão um maior conforto e segurança aos trabalhadores e condutores que façam o transporte de cargas do e para o porto.

7. PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO

O RS salvaguarda que as medidas de monitorização agora apresentadas são por vezes genéricas, devendo ser alvo de especificação e aprofundamento em RECAPE.

7.2 AMBIENTE SONORO (RUÍDO)

Para este descritor o RS limita-se a referir uma monitorização das máquinas com ruído acrescido e a análise de ruído caso haja reclamações por parte da população aquando das ações de construção/remoção dos esporões e só em caso que se demonstre necessário, se deve proceder a medições do ruído.

Nesta fase do procedimento, a CA não efetua qualquer comentário ao proposto de forma genérica para o ambiente sonoro

7.3 BIODIVERSIDADE

O RS contempla um programa de monitorização para este descritor, tendo em conta os impactes identificados, que se baseia no acompanhamento visual do estado e comportamento das espécies existentes na área litoral do projeto que possam ser perturbadas nas ações de construção nas imediações da área de obras. Refere a metodologia, os locais e frequência de amostragem e prevê a elaboração de um relatório de monitorização, bem como a revisão do programa, dependendo dos resultados obtidos e justificar-se-á caso sejam detetadas espécies com estatuto vulneráveis.

7.4 PROCESSOS COSTEIROS

O RS apresenta, de uma forma muito genérica, as diretrizes da monitorização deste fator ambiental que pretendem acompanhar o evoluir da situação, a longo prazo, para os seguintes eixos: 1. Batimetria dos lugares intervencionados, nomeadamente da área

dragada, através da elaboração de perfis topo-hidrográficos longitudinais e transversais e também a determinação das necessidades de novas dragagens e a evolução da deposição de sedimentos; 2. Qualidade dos Sedimentos, com parâmetros físicos como a granulometria, densidade, percentagem de sólidos, e químicos como diversos metais, compostos orgânicos (PCB, PAH e HCB) e carbono orgânico total; 3. Comportamento das estruturas, através de levantamentos topográficos das mesmas para detetar abatimentos em situações normais ou associadas a intempéries; e 4. Acompanhamento meteorológico de modo a permitir correlacionar as variações detetadas nos outros eixos com as incidências meteorológicas sobre a zona.

É recomendado uma caracterização dos aspetos a acompanhar nos locais a intervencionar antes do início da obra.

7.4 RECURSOS HIDRICOS

Este ponto deveria ter a numeração de 7.5, contudo este lapso não compromete a conformidade do EIA.

É apresentada uma proposta de monitorização de parâmetros físicos, químicos e microbiológicos seguindo as normas do Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho, que estabelece especificações técnicas para a análise e monitorização dos parâmetros químicos e físico-químicos caracterizadores do estado das massas de água superficiais e subterrâneas.

Este programa deverá ser alvo de um parecer dos Serviços competentes em matéria de recursos hídricos e também atender à existência águas balneares costeiras identificadas dentro da baía portuária, devendo para o efeito considerar o disposto na Diretiva 2006/7/CE relativa à gestão da qualidade das águas balneares e correspondentes diplomas de transposição para a ordem jurídica nacional e regional

Capítulo 8 – LACUNAS TÉCNICAS E DE CONHECIMENTO

A equipa do EIA não identificou lacunas de conhecimento que inviabilizassem o objetivo do estudo na fase em que este se encontra, referindo, contudo, algumas incertezas:

Nas alterações climáticas que podem levar à necessidade de considerar cenários mais gravosos.

O faseamento dos trabalhos, onde a realização de dragagens em simultâneo com a construção do cais permitiria uma reaplicação maior dos sedimentos na obra, levando a menos transportes de terra.

O tipo de drenagem e a utilização de explosivos pode alterar a significância de alguns impactes ao nível do ruído, biodiversidade e qualidade dos recursos hídricos.

Capítulo 9 – CONCLUSÕES

O EIA, genericamente, conclui que a solução 2 não responde às necessidades ao não permitir a circulação de veículos pesados e os impactes são do mesmo tipo que as outras duas soluções.

Por sua vez, considera que as soluções 3A e 3B podem ser consideradas como soluções compatíveis, onde a última resulta de uma evolução da anterior, ou seja, com uma fase de completamento do aterro e do levantamento do muro cortina a ser implementada mais tarde.

Independentemente da solução adotada, haverá sempre a necessidade de programas de acompanhamento de determinados impactes.

Nesta fase do procedimento de AIA, a CA não se pronuncia sobre as conclusões do EIA.

3.2 – Estudo de Impacte Ambiental - Volume II - Resumo Não Técnico – RNT

O RNT assume que procura transmitir de uma forma resumida e numa linguagem simples o conteúdo do EIA. Depois, através de um sistema de perguntas, identifica e descreve a Empreitada, a sua necessidade e as soluções alternativas em avaliação, bem como as entidades envolvidas neste procedimento.

Seguidamente expõe, de uma forma muito breve, as principais características de cada um dos fatores ambientais considerados no RS e por ser apenas um resumo dos aspetos principais referidos no outro relatório não se detetaram erros graves que chamassem a atenção.

O RNT deixa claro que com a não realização da Empreitada manter-se-ão os constrangimentos da situação atual cuja necessidade de ultrapassar justificam a execução do mesmo.

O RNT descreve de uma forma muito sintética os principais impactes por fator ambiental e expõe as principais medidas que propõe para a sua mitigação, bem como transcreve sumariamente os impactes cumulativos identificados no RS.

A CA considera que na versão do RNT estão retratados os aspetos mais significativos referidos no RS, com uma linguagem simples e resumida.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E DELIBERAÇÕES DA COMISSÃO

Assim, após a apreciação do EIA, a Comissão de Avaliação tem a considerar o seguinte:

- Apesar de não terem sido detetados erros graves que comprometam a conformidade do EIA, devem ser colmatadas as omissões e corrigidas as imperfeições do Relatório Síntese do EIA elencadas nos pontos anteriores do presente parecer de forma a aperfeiçoar este volume antes do mesmo ser colocado à Consulta Pública.
- O RNT e as Matrizes de Impacte devem ser atualizados naquilo que os melhoramentos e colmatações a introduzir no Relatório Síntese se refletirem nos volumes do EIA antes destes serem disponibilizados para Consulta Pública.

Deste modo, a Comissão de Avaliação é de parecer que só depois do Estudo de Impacte Ambiental do documento do procedimento de AIA ser aperfeiçoado nos termos do exposto no presente parecer, este deve ser declarado conforme pela Autoridade Ambiental para em seguida ser disponibilizado para a Consulta Pública, momento em que deve também consultadas entidades exteriores, entre elas a Direção Regional da Cultura dado o grande volume de movimentação de sedimentos numa zona com evidências arqueológicas.

Todos documentos que constituem o EIA e seus anexos, independentemente de serem ou não reformulados, devem ser entregues na Autoridade Ambiental em suporte informático e acompanhados de quatro exemplares em papel para serem disponibilizados na fase de Consulta Pública do presente procedimento de AIA num prazo de 30 dias, prorrogável a pedido do proponente desde que devidamente justificado, ficando entretanto suspenso o presente procedimento de AIA, até à entrega de todos os documentos solicitados nos suportes mencionados.

Açores, 17 de junho de 2025

A Comissão de Avaliação

Carlos Faria/Nuno Pacheco

Tiago Toste

Ana Rita Dinis

Aida Silva

Herberto Alves

P'la Comissão de Avaliação

Carlos Faria
(Autoridade Ambiental)

Tiago Toste
(Entidade Licenciadora)